

DEZ ANOS DA GUERRA MUNDIAL DA SÍRIA: O INTERNACIONAL E O SUBNACIONAL NUMA DAS MAIORES CATÁSTROFES HUMANITÁRIAS DO ORIENTE MÉDIO

Ten Years of Syria's World War: International and subnational in one of the biggest Middle East Humanitarian Disaster

Marcos Vinícius Mesquita Antunes de Figueiredo ¹

¹Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (IBMEC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** marcos.figueiredo@professores.ibmec.edu.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4540-9064>

Recebido em: 24 mai. 2021 | Aceito em: 23 set. 2021.

RESUMO

A Guerra da Síria completa dez anos em 2021 sem qualquer vislumbre de possível solução. Diversos grupos étnicos e religiosos disputam o poder com a minoria xiita-*alauita* do governo de Bashar Al-Assad, o qual, no entanto, retém controle da capital Damasco e do centro-sul do país. Este estudo tem como objetivo investigar como a Guerra Civil na Síria produziu uma neutralização internacional entre as potências ocidentais e a Rússia no Conselho de Segurança da ONU e traçar o balanço de uma década desse conflito. A metodologia utilizada foi a revisão da literatura combinada com dados oficiais do conflito. Ao final, conclui-se, com a perspectiva teórica da segurança coletiva, que a falência em solucionar a crise síria deveu-se às divergências políticas entre os membros permanentes do CSNU frente ao papel dos grupos étnico-religiosos depois dos efeitos da Primavera Árabe naquele país.

Palavras-chave: Guerra na Síria. Primavera Árabe. Conselho de Segurança.

ABSTRACT

Syria's War has totalized ten years in 2021 without any glimpse of possible solution. Several religious and ethnic groups struggle for power before Bashar Al-Assad Administration based on the shia-alawite minority, which, nevertheless, keeps control of the capital Damascus and the center-south of the country. This paper aims at researching how Syria Civil War resulted in an international deadlock between Western Powers and Russia in UN Security Council, as well as tracing a balance of a decade of this conflict. The methodology used was literature review coupled with official data on the conflict. All in all, one concludes with collective security theoretical approach that the pitfalls in solving Syria's crisis is due to political disagreements among the permanent members of the UNSC over the role of ethnic and religious groups after the effects of Arab Spring in that country.

Keywords: Syria War. Arab Spring. Security Council.

INTRODUÇÃO

A Guerra da Síria consiste em mais um caso de paralisia do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em sua tarefa de zelar pela paz e pela segurança internacional, segundo os capítulos VI e VII da carta da ONU, os quais tratam, respectivamente, de medidas pacíficas e coercitivas de solução de controvérsias². A natureza predominantemente doméstica do conflito não impediu sua internacionalização, devido à ascensão do Estado Islâmico, a relevância desse país árabe para a estabilidade do Oriente Médio, bem como sua importância geopolítica para a Rússia (Tomé, 2018). A artificialidade do Estado sírio, herdeiro das fronteiras coloniais e arbitrárias do acordo secreto de Sykes-Picot de 1916, bem como seu histórico ditatorial, tornaram-no um

² Ver os respectivos capítulos da Carta da ONU.

Estado volátil (Halliday, 2012). Essa volatilidade chegou a seu paroxismo na esteira da Primavera Árabe iniciada na Tunísia em dezembro de 2010 (Castells, 2015).

A dinâmica revolucionária pós-Primavera Árabe entre diferentes grupos étnico-religiosos na Síria ameaçou a estabilidade do poder de Bashar Al-Assad. O fato de seu governo ser composto por uma minoria de 12 % de xiitas-alauitas, questionado por uma sociedade em que há uma maioria sunita de 70% e 10% de cristãos, choca-se frontalmente com os interesses do governo minoritário xiita de Damasco. O número expressivo sunitas etnicamente curdos da população síria entre outros grupos étnicos e religiosos adiciona ainda mais volatilidade ao país (BBC, 2016). O governo ditatorial de Bashar Al-Assad, que desde 2000 substituiu seu pai e também ditador xiita, Hafez Al-Assad, é acusado de inúmeras violações aos direitos humanos na repressão à Primavera Árabe síria. O Estado Islâmico entra nesse conflito em 2013 com o objetivo de realizar seu projeto jihadista de acabar com as fronteiras imperialistas entre Iraque e Síria, agregando mais violações humanitárias ao conflito sírio, contribuindo para sua internacionalização. Com tudo isso, a gravidade da Guerra síria escalou-se. No contexto da repressão promovida por Assad à Primavera Árabe em seu país, a ordem síria tornou-se de interesse das principais potências ocidentais, principalmente os Estados Unidos. Ademais, uma grande potência não-ocidental³, a Rússia, tem importantes interesses geoestratégicos no Mar Mediterrâneo realizados mediante apoio do governo de Damasco, especialmente pela base russa de Tartus, no Mediterrâneo Sírio⁴. Potências regionais como Turquia, Israel e as “monarquias do Golfo”, de um lado, e Irã, de outro, também possuem interesses políticos na guerra civil síria. Os primeiros tendem a patrocinar os grupos rebeldes sírios. Já o Irã, etnicamente persa e islamicamente xiita, é o patrono regional da ditadura de Damasco, valendo-se de seu braço libanês, o Hezbollah, para realizar seus objetivos (Gotme; Garzon; Ortiz; 2015). Soma-se a isso tudo a relevância da estabilidade síria no Oriente Médio, com impacto expressivo na crise mundial de refugiados e preços do petróleo (Lundgren, 2016, p.2), e tem-se os elementos para um conflito cuja solução é de enorme interesse das grandes potências mundiais. Mas por que, ainda assim, a Guerra na Síria completa uma década sem se aproximar de uma resolução multilateral no CSNU?

Na primeira seção desse artigo, serão exploradas as dinâmicas subnacionais que formam as disputas por poder com o governo xiita minoritário de Assad em Damasco, jogando-se luz aí sobre o papel das potências globais e regionais frente a essas dinâmicas. Na segunda parte, será feito um balanço dos prejuízos humanitários - o que inclui também o uso de armas químicas por Damasco - no prolongado conflito sírio. Por fim, elucidar-se-á o porquê de quase todas essas demandas por ações serem acompanhadas por um bloqueio do CSNU. Ponderar-se-á, nesse contexto, as duas circunstâncias especiais em que um relativo consenso entre EUA e Rússia foi possível: o uso de armas químicas e biológicas, bem como a ascensão do Estado Islâmico.

³ O que faz da Guerra da Síria mais um capítulo do Choque de Civilizações de Huntington (1993).

⁴ A Rússia não possui saída para mares quentes, o que lhe causa importante vulnerabilidade geopolítica. Uma aliança com a Síria lhe é essencial para os interesses políticos de Moscou na região (Tomé, 2018, p.89).

GRUPOS SUBNACIONAIS E AS POTÊNCIAS GLOBAIS E REGIONAIS NA GUERRA DA SÍRIA

Em uma década, a Guerra da Síria representou capítulo especial das “novas guerras” de Mary Kaldor (2012) dentro das idiossincrasias da Primavera Árabe (Perez, 2015, p.205). Atores subnacionais patrocinados por diferentes potências globais e regionais provocaram um movimento de forças centrífugas tendente a romper a ordem política do país. O governo de Assad é composto por uma minoria xiita alauita, protegida internacionalmente por Moscou e regionalmente por Teerã. Seu território encontra-se fracionado por diversos grupos étnico-religiosos – curdos e árabes, ambos muçulmanos sunitas – que, juntos, formam, desde 2015, uma coligação secular denominada de Forças Democráticas Sírias (FDS), as quais tendem a serem apoiadas pelas potências ocidentais. A FDS, contudo, compõe um grupo heterogêneo que têm em comum o fato de politicamente se colocarem contra o governo autoritário de Assad. Essa heterogeneidade, todavia, fragiliza sua coesão política. Por outro lado, o ditador xiita não exerceu controle sobre todo território estatal ao longo do conflito sírio. Porém, hoje Damasco chega a controlar as regiões central, sul e sudoeste do país. Cada grupo nacional, étnico ou religioso possui seus respectivos interesses na Guerra da Síria, seja como oposição ou suporte ao governo de Damasco.

A Primavera Árabe começou na Tunísia, em dezembro de 2010, quando o feirante Mohamed Buazizi se imolou em protesto à corrupção e ao autoritarismo. Sua morte sofrida o converteu em espécie de mártir para os árabes, fazendo com que ela repercutisse seriamente no subsistema de países que compartilhavam essa mesma cultura. Malgrado as semelhanças étnicas, houve significativas diferenças na forma com que a Primavera Árabe se desenrolou em alguns países da região. Ocorreram graus distintos de repressão nos diferentes Estados árabes. Na própria Tunísia, no Egito e Iémen, apesar das convulsões sociais, contenções policiais e trocas de governo, não houve uma repressão em grande escala como ocorreu na Líbia e na própria Síria, as quais resultaram em guerra civil (Castells, 2015). No entanto, se por um lado teve-se uma intervenção da ONU e da OTAN no contexto da repressão dessa primavera por Kadafi, o mesmo não ocorreu até hoje na Síria. Nessa, houve apenas intervenções pontuais estratégicas sem uma aprovação multilateral do CSNU, ao passo que naquela ocorreu aprovação de intervenção militar onusiana com base no *Responsibility to Protect* (R2P)⁵. Esse documento foi fruto da *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (2001), tendo sido elaborado com objetivo de normatizar as dubitáveis práticas de intervenção humanitária dos anos 1990. Com a resolução 1973/2011 do CSNU, o R2P foi posto pela primeira vez em prática para deter a violência que Kadafi usou para reprimir a Primavera Árabe em seu país. O sucesso na derrubada desse líder não foi acompanhado pelo mesmo sucesso no pós-guerra líbio, o que fez da Líbia fonte de instabilidade regional que influenciaria nas hesitações dos líderes mundiais no CSNU quanto à Síria, particularmente os Estados Unidos (Perez, 2015, p.129).

⁵ Segundo o documento, os Estados são responsáveis pela proteção de seus habitantes, mas isso ocorre em caráter subsidiário à ONU. Caso um governo viole direitos humanos em seu território, a ONU poderá se oferecer para ajudá-lo e, caso as violações persistam, a organização pode se valer de “todos os meios necessários” para fazer cessar a violência.

Na Síria, tudo começou no início de 2011, quando quinze jovens, inspirados pelos acontecimentos sem precedentes da Tunísia, Egito e Líbano, grafitaram, na cidade agrícola de Deera, no extremo Sudoeste do país, a frase: “o povo quer a queda do regime” (CFR, 2021). A reação de Damasco aos seus oponentes foi, contudo, muito mais drástica do que a de seus pares árabes e selou a tônica da reação àquela primavera política na Síria. Os quinze jovens árabes sunitas de Deera foram presos e torturados. A partir daí, ficaria claro que qualquer forma de aspiração democrática encabeçada pela Primavera Árabe seria violentamente reprimida no país. A reação inicial de Assad aos protestos que se seguiram a Deera foi mais agressiva do que a de seus homólogos Zine Al-Abdine Ben-Ali, da Tunísia, e Hosni Mubarak, do Egito. Ela se compara apenas à mencionada reação violenta de Kadafi na Líbia. No Líbano, uma grave crise humanitária também se seguiu à Primavera Árabe, ainda que o *modus operandi* de sua guerra não seja o mesmo que o da Síria. Assad contaria com o suporte nacional de seu aparelho de Estado, somado a um apoio internacional determinante para vencer sua nascente guerra civil: a Rússia de Vladimir Putin (Tomé, 2018). Ainda que a Rússia somente tenha entrado militarmente nesse conflito em 30 de setembro de 2015, o apoio político e logístico de Moscou a Damasco sempre se fez presente e incontestado (Lund, 2019, p.28).

Com os protestos de Deera alastrando-se para o resto do país e alcançando cidades como Homs, Hama e até mesmo a capital, Damasco, a mão-de-ferro de Assad começaria a pesar cada vez mais. O Exército Sírio passou a atacar manifestantes desarmados, o que inclui adultos e crianças, chamando, assim, a atenção da comunidade internacional. Torturas e execuções extrajudiciais começaram a ser relatadas vindas dos centros de detenção sírios, o que veio a trazer fortes suspeitas sobre o cometimento de crimes contra a humanidade pelo governo Assad. Em julho do mesmo ano de 2011, dissidentes do Exército Sírio proclamaram a criação do Exército Livre Sírio (ELS), importante ator no conflito. Marginalizado pelo governo de Damasco, o ELS lutou para manter uma frágil liderança frente à sua própria pluralidade política no país. O ELS, assim como todos os atores políticos de oposição em geral, tem uma fragilidade política fulcral. Frequentemente eles apresentam interesses estratégicos conflitantes, por suas diferentes bases regionais e locais, embora vissem na autoridade de Damasco um inimigo comum a ser enfrentado (Lundgren, 2016, p.9).

Os grupos que disputam o poder na Síria buscam poder e influência no conturbado território sírio. Esses atores são, basicamente, aqueles que não se sentem representados adequadamente no país árabe, como os curdos e árabes-sunitas, ambos rejeitados pelo governo árabe-xiita de Al-Assad. Todavia, há que se separar, aqui, o papel diferenciado da Al-Qaeda, que, embora também seja um ator árabe-islâmico sunita, pertence ao ramo *wahabita* do sunismo muçulmano, uma vertente mais purista e radical do islamismo (Lewis, 1993). A Al-Qaeda é um grupo jihadista radical relativamente descentralizado, que possui diversas ramificações em países do Oriente Próximo. Em janeiro de 2012, um grupo conhecido como *Jabhat al-Nusra* proclamou-se a vertente síria da Al-Qaeda e em seguida o líder da Al-Qaeda central, Ayman al-Zawahiri, convocou os sunitas para uma jihad na Síria. A frente *Al-Nusra* logrou êxito ao recrutar os sunitas

da Síria alcançando importantes conquistas territoriais no país. No entanto, em abril de 2013, um grupo de membros remanescentes da Al-Qaeda no Iraque que se intitulava de Estado Islâmico no Iraque passou a avançar sobre a Síria de forma mais violenta e brutal que a própria frente *Al-Nusra* (CFR, 2021). Ao conquistar importantes territórios na Síria e apoio populacional para seu projeto jihadista, o Estado Islâmico do Iraque passou a ficar conhecido como ISIS (*Islamic State in Iraq and Syria*). Após junho de 2014, quando o grupo declarou um Califado com capital em Raqqa, às margens do Rio Eufrates, a organização passou a se denominar simplesmente de Estado Islâmico. Essa organização terrorista foi em grande parte a responsável pelo agravamento do conflito na Síria, em sua dimensão humanitária, estimulando sua internacionalização, dada suas midiáticas violações aos direitos humanos de conhecimento público, graças às redes sociais. Por causa disso, o atualmente denominado Estado Islâmico quase não contou com apoio externo, mesmo da Al-Qaeda. Seu alto grau de violência, na realidade, favoreceu a internacionalização do conflito, gerando uma espécie de consenso mundial que uniu até mesmo a Rússia e as potências ocidentais contra ele (Gotme e Rippol, 2014). Atualmente, o Estado Islâmico se encontra praticamente destruído, tendo pouca influência na Síria, ao contrário do governo de Damasco, que, nos últimos anos, ganhou força, recuperando importantes territórios sírios com a ajuda militar da Rússia a partir de 2015 (Lund, 2019).

Há também um forte interesse de alguns países não-árabes na Síria. Dentre eles tem-se os turcos, os curdos e, em menor medida, os israelenses. Apesar de não ser árabe, a Turquia possui governo e população de orientação islâmica sunita, o que ideologicamente tende a colocar esse país em rota de colisão com os governos xiitas da região, como o de Damasco. Os turcos têm uma fronteira de 900 km com a Síria (Reuters, 2016), a qual, inclusive, divide parte do povo curdo ao meio. Temendo uma emancipação potencialmente desestabilizadora dos curdos-sírios, os turcos passaram a apoiar as potências ocidentais na Síria. O objetivo turco é manter coeso o território da Síria, impedindo que o irredentismo⁶ curdo viesse a fragmentar o território sírio e, por consequência, o turco. A Unidade de Proteção do Povo Curdo (YPG), com apoio ocidental, realizou importantes conquistas territoriais no norte da Síria contra o Estado Islâmico, causando preocupações políticas a Ankara pelo fortalecimento desse importante ator curdo (Gotme, Garzon, Ortiz, 2015, p.25). Já o interesse de Israel é o de uma potência regional fronteira com a Síria. O Estado judeu tem principalmente o objetivo estratégico de anular a influência xiita no Oriente Médio, o que favorece seu maior inimigo, o Irã (Gotme, Garzon, Ortiz, 2015).

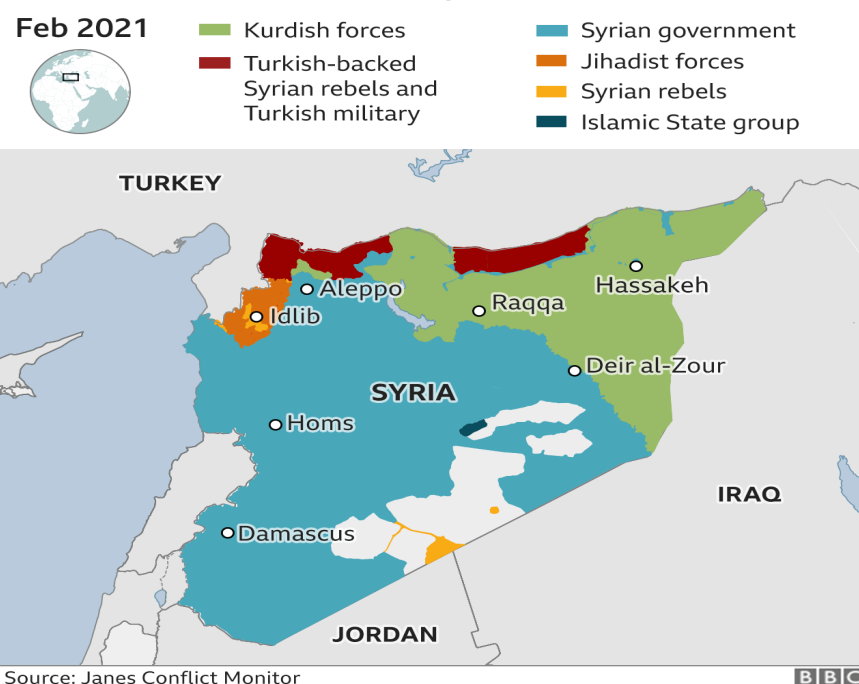
Os principais objetivos do Irã encontram-se na proteção dos interesses do xiismo na Síria de Assad. O Hezbollah, braço xiita do Irã no Líbano, passou a ter uma importante atuação no conflito, a favor de Damasco. Esse grupo age para que o governo xiita de Assad se mantenha no poder, assegurando a influência do xiismo no Oriente Médio (Gotme, Garzon, Ortiz, 2015, p.25). No início de 2003, com a Guerra do Iraque e a implementação de uma democracia, ainda que

⁶ Trata-se de uma espécie de nacionalismo unificante, que visa a juntar um grupo nacional de forma abrangente, para além das fronteiras territoriais (Hobsbawm, 2012).

muito frágil, nesse país, os xiitas viram a balança de poder da região pender a seu favor. O Iraque foi uma espécie de Síria às avessas. Enquanto essa hoje é um país majoritariamente sunita com um ditador xiita, o Iraque, até a derrubada de Saddam Hussein, tinha um país de maioria xiita, governado por um ditador sunita. Todavia, a Guerra do Iraque de 2003 que derrubou seu ditador sunita Saddam Hussein, implementando uma democracia – ainda que problemática - nesse país, acabou por levar a maioria xiita ao poder em Bagdá. Tudo isso resultou na formação de um influente cinturão xiita no centro no Oriente Médio, propiciando a consolidação do que os autores Gotme, Garzon, Ortiz (2015) denominaram de “eixo xiita”⁷ frente à guerra síria, que fortalece Assad. Observa-se, assim, que Teerã e Hezbollah juntam-se a Damasco na defesa regional dos interesses sírios. Moscou, por sua vez, é seu patrono global. Ligações geopolíticas especiais da Rússia com a Síria existem desde 1944, continuando, inclusive, após a desintegração da antiga URSS (Lund, 2019). Somente isso, no entanto, já é suficiente para bloquear qualquer solução multilateral no CSNU para a guerra civil na Síria, dada a existência do veto russo.

É importante destacar também o papel do governo sírio no exílio, com sede na Turquia. Chamado de Coalizão Nacional Síria de Oposição e das Forças Revolucionárias (CNS), essa organização foi criada na conferência em Doha de 2012, em substituição ao fracasso do Conselho Nacional Sírio em manter unidas as forças de coalizão do país. Alguns atores internacionais muito relevantes como EUA, Turquia, OTAN, países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e Liga Árabe reconhecem a CNS como o governo legítimo da Síria, em vez da autoridade de Assad em Damasco. A CSN inclusive ocupa atualmente o assento do governo de Damasco na Liga Árabe. Essa “esquizofrenia” institucional contribui para a Guerra da Síria seguir num impasse multilateral.

Who controls what in Syria



⁷ Os mesmos autores chamam atenção igualmente para um eixo sunita formado por Turquia, Arábia Saudita e Qatar (2015).

BALANÇO DO PREJUÍZO HUMANITÁRIO DA GUERRA DA SÍRIA

As gravíssimas e documentadas violações aos direitos humanos continuavam a ser notícia internacional. Duas formas em particular ocorreram: o uso de armas químicas e biológicas, que configura violação ao direito humanitário, e a violação aos direitos humanos propriamente ditos do povo sírio. Especialmente, em 2012, ficou claro que Assad se utilizava de armas químicas e biológicas para reprimir sua própria população. Essa circunstância chamou a atenção da diplomacia de Obama que, malgrado suas incertezas, denominou-a de uma “Linha Vermelha” que não poderia ser cruzada sem que os Estados Unidos intervissem militarmente na Síria (Lund, 2019). O problema dessas armas de destruição em massa, contudo, foi resolvido diplomaticamente no acordo russo-americano de 2013, que se seguiu ao relativo fracasso do Acordo de Genebra I em pacificar a Guerra da Síria logo no seu começo, em 2012, planejando uma nova Constituição para o país. Aquele acordo russo-americano levou Damasco a desfazer-se de tais armas de forma monitorada, com a supervisão da Rússia (Lundgren, 2016).

Por esse impasse, as vítimas humanitárias da guerra foram se acumulando ao longo da última década na Síria. No total, mais de meio milhão de pessoas foram mortas na Guerra Civil. De acordo com o Observatório Sírio de Direitos Humanos (OSDH)⁸, 387.118 mortes foram registradas na Síria até dezembro de 2020. Dentre esses, 116.911 eram civis. Esse número, entretanto, não inclui 205.300 pessoas desaparecidas, o que inclui 88.000 civis vítimas de tortura pelo governo Sírio (citado por BBC, 2021). O total de mortes até 2020⁹ é, portanto, de 592.418. Ademais, o país sofreu uma das maiores perdas demográficas do mundo, visto que cerca de 5,6 milhões de seus 22 milhões de habitantes deixaram a Síria, tornando-se refugiados. Soma-se a isso o número de 6,5 milhões de deslocados internos (BBC, 2021) e a Síria apresenta um cenário de tamanhas dificuldades políticas, sociais e econômicas que é praticamente impossível se restabelecer a antiga ordem social do país. Apesar de frequentemente a imprensa ocidental se referir à crise de refugiados atual como a crise “europeia” de refugiados, é importante destacar que a absoluta maioria dos refugiados sírios obtiveram asilo em países vizinhos. Esse é o caso particular da Turquia e da Jordânia, os quais receberam 93% dos refugiados da Síria (BBC, 2001).

O IMPASSE DAS POTÊNCIAS NO CSNU

Em 2011, paralelamente ao início da Guerra da Síria, a OTAN, com aprovação multilateral do CSNU, auxiliou os rebeldes líbios a deporem Kadafi, com base no Capítulo VII da Carta da ONU, conforme determinado na Res. 1973 do mesmo ano. Essa intervenção baseada no R2P acabou por ter consequências políticas deletérias para a geopolítica saariana. A crise de refugiados, derivada de toda a grande instabilidade do Oriente Médio e da África, agravou-se. A intervenção onusiana na Líbia desestabilizou ainda mais o mundo árabe-muçulmano, levando a uma indisposição por parte das potências ocidentais de repetir semelhante erro político e provocando hesitações no

⁸ Organização Internacional Não-Governamental baseada no Reino Unido.

⁹ A fonte secundária é de 2021 que usa dados atualizados até dezembro de 2020.

Ocidente, particularmente no então presidente Barack Obama (Espada, 2015, 123). Esse estadista só se mostrou mais favorável a uma ação militar na Síria por causa dos indícios de uso de armas químicas por Assad contra sua própria população e, depois, pela ascensão do Estado Islâmico na Síria (Lundgren, 2016). A inação do CSNU não impediu, contudo, a ação militar de potências globais no conflito, o que provocou o que neste artigo foi chamado de “Guerra Mundial na Síria” por longos dez anos. Mesmo com documentadas violações aos direitos humanos e humanitário, Moscou, receando uma repetição do caso líbio na Síria e enxergando o governo de Assad como aliado estratégico na região, sempre se valeu de seu veto – ou da ameaça dele – para proteger o ditador xiita sírio. Por um lado, isso foi muito ruim para a solução multilateral do conflito na Síria; por outro lado, isso não foi de todo negativo para a estrutura internacional em seu nível sistêmico.

Como destaca Inis Claude Jr (1956; 1962), o poder de veto no CSNU serve como uma forma de fusível que desarmaria o sistema de segurança coletiva da ONU, impedindo que as grandes potências entrassem em conflito entre si, causando guerra ainda maior do que se visasse impedir. Entretanto, o sistema tem se mostrado refém desse mecanismo de neutralização, impedindo que a ONU tenha “dentes” quando realmente necessário, como no caso da Síria. O autor neorrealista John Mearsheimer faz importante crítica a essa visão das instituições internacionais como moderadoras independentes da política internacional. Para ele, essas instituições sempre refletem os interesses das grandes potências (Mearsheimer, 1995). Curiosamente, ao analisar as diferentes visões institucionalistas que lidam com a manutenção da ordem internacional – a saber, teoria da segurança coletiva de Claude Jr, neoliberalismo institucional e teoria crítica – Mearsheimer faz uma importante reflexão. Esse autor considera que, dentre todas aquelas visões institucionalistas, a da teoria de segurança coletiva é a menos utópica, visto que seus autores consideram a relevância da variável de poder – qual seja a importância de se evitar um choque entre as grandes potências - como elemento básico de sua teoria institucional (Mearsheimer, 1995, 28). Assim, não é de se desprezar que conflitos regionais como Iraque (2003), Síria (2011) e Ucrânia (2014), malgrado semelhante inação do CSNU, não tenham se escalado para uma guerra de proporções mundiais.

Ataques pontuais de potências ocidentais apoiando a oposição síria ou contrapondo-se ao expansionismo do Estado Islâmico, contudo, passaram a ser o único remédio vislumbrado para o conflito na Síria. Uma intervenção multilateral abrangente, porém, permanece até hoje cada vez mais improvável. Mesmo diante das documentadas violações aos direitos humanos e crimes humanitários que envolveram o uso de armas químicas de Assad contra seu próprio povo, a guerra civil se estendeu por tempo significativo no país, sem que uma intervenção multilateral fosse aprovada para deter seu governante (Espada, 2015).

O não-intervencionismo consolidou-se ainda mais quando o sucessor de Obama, Donald Trump, assumiu uma postura mais nacionalista e isolacionista tendendo a não se imiscuir em guerras longínquas e, por vezes, até mesmo, retirando-se delas, como foi o caso do que se planejou para o Iraque e o Afeganistão. Isso, evidentemente, não fez com que a Guerra na Síria deixasse de existir com todas as suas perdas humanas. Já a França, à época de François Hollande,

aprendeu de forma dura a usar o art. 51 da Carta da ONU, que assegura a legítima defesa dos Estados, para revidar, na Síria, os ataques terroristas que o Estado Islâmico promoveu em território francês, prescindindo, assim, de uma difícil resolução do CSNU. Mesmo que esse tipo de ação francesa tenha sido legítima, ela não foi necessariamente eficaz. Essa resposta contribuiu apenas para deter o poderio do Estado Islâmico na região e no mundo, sendo necessária, mas não suficiente, para solucionar o grande conflito sírio. Diplomáticamente, na Síria, só houve relativo sucesso quando o acordo russo-americano logrou monitorar a retirada de armas químicas das mãos do ditador Assad. Militarmente, as potências ocidentais só atuaram de forma significativa na Síria para contrabalançar o poderio crescente do Estado Islâmico no país (Lundgren, 2016). Quando as armas químicas e biológicas foram tiradas do cenário e o Estado Islâmico declinou, o interesse das potências ocidentais pela Síria esfriou também. O maior passo que o CSNU deu no sentido de uma solução do conflito da Síria foi emitir uma resolução clamando pela implementação do *Geneva Communiqué* de 2012. Esse comunicado visava ao estabelecimento de um governo de transição democrática na Síria e, juntamente com o acordo russo-americano, formaram as bases para Genebra II, no início de 2014, o qual obteve sucesso apenas relativo (Lundgren, 2016). Com o declínio do Estado Islâmico a partir de 2016, a Síria encontra-se num impasse de ainda mais difícil solução multilateral pelas Nações Unidas, o que contribui para a perpetuação das centenas de milhares de mortes e de uma crise gigantesca de refugiados, ambos os problemas permanecendo sem vislumbre de solução até os dias atuais.

CONCLUSÃO

Por questões estruturais, o conflito sírio obedece à ordem multipolar contemporânea em que as três principais potências ocidentais – Reino Unido, França e, principalmente, os Estados Unidos – opõem-se à Rússia. Por isso, mais do que um simples conflito regional, a guerra síria compõe o que aqui chamamos de “Guerra Mundial da Síria”, por se tratar de uma verdadeira guerra por procuração das grandes potências globais e regionais, a qual se realiza por intermédio dos diversos atores políticos subnacionais do país. A aparentemente irreconciliável rivalidade desses atores ocasionou a divisão dos membros permanentes do CSNU, levando à paralisia do órgão quanto a uma solução multilateral do conflito. Afinal, seus membros permanentes com direito a veto, como Estados Unidos e Rússia, assumem posturas opostas que se anulam reciprocamente, quanto ao regime de Damasco. A falta de vontade política, combinada com a barreira do veto russo no CSNU, são as principais causas de mais de dez anos de Guerra Civil na Síria que já matou mais de meio milhão de pessoas e fez com que um quarto de sua população buscase asilo em outros países. Tudo isso, sem que se vislumbre uma hipotética solução para o conflito. O único alento a essa realidade é que, como defendido por Claude, as grandes potências não escalaram para uma guerra entre si, em razão de um conflito regional. Porém, o preço a se pagar para tanto é demasiado alto, visto a catástrofe humanitária ocasionada pelo conflito sírio em uma década de duração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BBC (2016). Syria's Beleaguered Christians. 25 de fevereiro. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-22270455>. [Acessado em 09/08/2021].
- BBC (2021). *Why has the Syrian War Lasted 10 Years?* 12 de março. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-35806229>. [Acessado em 09/08/2021].
- Castells, M. (2015). *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in The Internet Age*. Polity.
- Claude Jr. (1962). *Power and International Relations*. Random House.
- Claude Jr. (1964). *Swords into Plowshares*. Random House.
- Espada, C.G. (2015). "El Conflicto en Siria (2011-2014) a la luz del Derecho Internacional y de la (Geo)Política". *Revista UNISCI/UNISCI Journal*, n.37, Enero-january.
- Esposito, J. L. (1996). *Islam and Democracy*. Oxford. University Press.
- Ghotme, R; Ripoll, A. (2014). "Las Relaciones Internacionales De La Guerra Civil Siria: Estados Unidos Y Russia en la lucha por el poder internacional". *Revista – Bogotá (Colombia)*, 9(2), Julio–diciembre.
- Ghotme, R. A; Garzon, I.V.; Ortiz, P.A. (2015). "Las relaciones internacionales de la Guerra Civil Siria a partir de un enfoque regional: hegemonia y equilibrio en Medio Oriente". *Estudios Politicos*. Enero-junio, n.46, pp.13-32.
- Halliday, F. (2012). *Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. University of Virginia.
- Hobsbawm, E. (2012). *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Editora Paz e Terra.
- Huntington, S. (1993). "The Clash of Civilizations?". *Foreign Affairs*, 72(3), p. 22-49.
- Kaldor, M. (2012). *New and Old Wars: Organized Violence in a Globalized Era*. Stanford, University Press.
- Laub, Z. (2021). *Syria Civil War: The Descent Into Horror*. *Council on Foreign Relations*, 17 Mar. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/syrias-civil-war>
- Lewis, Bernard (1993). *The Middle East: A Brief History of The Last 200 Years*. Scribner.
- Lund, A. (2019) *From Cold war to Civil War: 75 years of Russian-Syrian relations*. Published by the Swedish Institute of International Affairs / UI.SE.
- Lundgren, M. (2016). "Mediation in Syria: initiatives, strategies and obstacles, 2011 – 2016". *Contemporary Security Policy*, 37 (2), 273-288, april, 30. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2787157>
- Merarsheimer (1995). "False Promise of International Institutions". *International Security*, 19(3) (Winter 1994-1995), pp. 5-49.

ONU. *Carta das Nações Unidas*. Disponível em:
[http://csnu.itamaraty.gov.br/images/Carta da ONU -
Vers%C3%83%C2%A3o Portug%C3%83%C2%AAs.pdf](http://csnu.itamaraty.gov.br/images/Carta_da_ONU_-_Vers%C3%83%C2%A3o_Portugu%C3%83%C2%AAs.pdf), [Acessado em 09/08/2021].

Perez, R. E. P. (2015). “La reconfiguración de los Conflictos Armados En Las Relaciones Internacionales: la internacionalización del conflict en Siria”. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Nueva Época, Año LX, num. 224/ mayo-agosto, pp. 187 – 220.

Reuters (2016). *Turkey to Complete Syria Border within Five Months, Official Says*. Disponível em:
<https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-turkey-idUSKCN11Y1MB>, [Acessado em 09/08/2021].

Tomé, L. (2018). “Geopolítica da Rússia de Putin não é a União Soviética, mas gosta de ser...”. In: *Relações Internacionais*, dezembro, 60, Lisboa, IPRI-UNL: pp. 69-99.